MINISTROS DA GUERRA CEARENSES

JOSÉ AURÉLIO CAMARA

Cêrca de dezessete cearenses exerceram, até hoje, as funções de ministro de Estado no Império e na República.

Não é muito, é até exíguo o número se considerarmos a importância crescente de nosso Estado no cenário político nacional e as freqüentes alterações ministeriais que se têm verificado no Govêrno Federal, notadamente nos anos que medearam entre a Reconstitucionalização de 1945 e a Revolução de 1964.

Dos cearenses elevados ao exercício daquelas funções, o primeiro, cronològicamente, foi o aracatiense Pedro José da Costa Barros, nomeado em 15 de novembro de 1823 ministro da Marinha do 3.º Gabinete do Primeiro Reinado.

Não exerceu o cargo por mais de dois dias, pois a 17 do mesmo mês era substituído no ministério por Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, sendo a seguir nomeado presidente de sua provincia natal, aliás o primeiro presidente que teve o Ceará.

Costa Barros seria também, como lembra o Barão de Studart, o primeiro cearense que exerceu as funções de ministro de Estado, Presidente de Provincia e Senador. Quase século e meio decorridos, desde então, o fato só seria repetido três vêzes, com Manuel do Nascimento Castro e Silva, Menezes Pimentel e Parsifal Barroso.

Se atentarmos, porém, para o curtíssimo intervalo de tempo — dois dias — em que Costa Barros foi ministro, poderíamos admitir que no efetivo exercício das funções ministeriais, o primeiro cearense a ser assinalado é Manuel do Nascimento Castro e Silva, também de Aracati, nomeado em 7 de outubro de 1834 ministro da Fazenda do 3.º Gabinete da Regência Trina. E o último também em ordem cronológica, o atual Ministro da Viação, o jaguaribano Juarez Távora.

Por singular coincidência foram também Castro e Silva e Juarez os únicos a ocuparem mais de uma vez, em caráter efetivo, uma pasta ministerial: o primeiro foi cinco vêzes ministro da Fazenda; o segun-

do, o Ministro da Agricultura após a Revolução de 30 e Ministro da Viação da Revolução de 64.

Manuel do Nascimento Castro e Silva teve vida pública destacada, exercendo uma atividade política que se iniciou antes da Independência, pois em 1821 já representava o Ceará nas Côrtes de Lisboa. Foi Secretário do Govêrno Provincial, Deputado-Geral, Ministro, Conselheiro, Presidente do Rio Grande do Norte, Senador, talvez o cearense de maior prestígio político no 1.º Império e período regencial.

Além de Costa Barros e Castro e Silva, ocuparam funções ministeriais no Império os cearenses José Liberato Barroso, José de Alencar, Domingos Nogueira Jaguaribe, Raimundo Ferreira de Araújo Lima e Antônio Joaquim Rodrigues Júnior.

Os três últimos desempenharam as funções de Ministro da Guerra, os únicos cearenses que já ocuparam aquela Pasta, seja no Império, seja na República.

No período republicano tornou-se praxe, embora não se tratasse de uma exigência legal, que as Pastas militares fôssem entregues a oficiais-generais da respectiva Arma, sendo exceções um Calógeras na Guerra, um Raul Soares na Marinha, um Salgado na Aeronáutica.

Embora tenha o Ceará concorrido, tradicionalmente, com ilustres filhos para os quadros das Fôrças Armadas, nunca se viu qualquer dêles exercer funções de Ministro Militar. Mas exerceram-nas aquêles três civis em diferentes gabinetes da Monarquia.

Raimundo Ferreira de Araújo Lima, sendo Deputado-Geral, foi nomeado em 9 de novembro de 1870 Ministro da Guerra do Gabinete conservador presidido por Pimenta Bueno, Visconde e depois Marquês de São Vicente. Substituiu o Visconde de Pelotas, que, apesar de nomeado já para o cargo, não aceitou.

Nasceu Araújo Lima em Lavras, a 23 de junho de 1818, vindo a falecer no Rio em 21 de novembro de 1908, com mais de noventa anos, portanto.

Bacharelou-se em Direito em Olinda, consoante a boa tradição da época, e foi juiz em várias comarcas do Ceará, Alagoas e Paraná. Em 1850 teve, pela primeira vez, assento na Câmara dos Deputados, reelegendo-se em oito legislaturas. Foi ardoroso batalhador em prol da abolição da escravatura, pronunciando discursos e escrevendo pareceres sôbre o assunto.

Substituiu-o na Pasta da Guerra outro cearense — Domingos José Nogueira Jaguaribe, que dali sairia agraciado com o título de Visconde de Jaguaribe com grandeza.

Passara a governar o País o célebre gabinete de 7 de março de 1871, o de maior duração da Monarquia, imortalizado pela Lei do Ventre Livre e presidido pelo grande estadista que foi o Visconde do Rio Branco.

Nomeado a 15 de maio daquele ano, Jaguaribe permaneceu Ministro da Guerra até 20 de abril de 1872.

Como Pedro José da Costa Barros e Manuel do Nascimento Castro e Silva, era êle natural de Aracati, a cidade cearense que mais ministros de Estado deu ao Brasil, pois ali também nasceu José Liberato Barroso, Ministro do Império em 1864.

Nascido em 14 de setembro de 1820, Domingos Jaguaribe faleceria no Rio a 5 de junho de 1890.

Foi Deputado Provincial quando ainda estudante em Olinda, onde se formaria em 1845. Juiz de Direito em várias comarcas cearenses, Desembargador no Recife e na Capital Federal, Professor e Diretor do Liceu em Fortaleza, e várias vêzes Deputado-Geral. Em 1870 seria escolhido Senador do Império na famosa lista sêxtupla em que, inútil e esperançosamente, ocupava o primeiro lugar o nome ilustre de José de Alencar, seu parente e correligionário.

O Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior foi nomeado Ministro da Guerra no gabinete liberal de 24 de maio de 1883, presidido por Lafaiete Rodrigues Pereira, jurisconsulto emérito que administrara a Província do Ceará no início da Guerra do Paraguai.

Rodrigues Júnior era natural de Sobral, onde nasceu a 12 de março de 1837, vindo a falecer em Fortaleza a 14 de maio de 1904. Ligado ao Senador Paula Pessoa, de quem era genro, fêz tôda a sua carreira política nas fileiras do Partido Liberal. Foi Deputado Provincial, Deputado-Geral, Vice-Presidente da Província, Ministro de Estado. Do seu prestígio político fêz-se herdeiro no Ceará o seu filho, Dr. Paula Rodrigues, durante os anos que precederam a Revolução de 30, uma das figuras marcantes da política estadual.

Uma séria incompatibilidade com o Presidente do Conselho, Lafaiete, levou Rodrigues Júnior a deixar o Ministério da Guerra em 1.º de março de 1884. Substituiu-o, interinamente, o Ministro da Agricultura, Afonso Augusto Moreira Pena, mais tarde Presidente da República.

Dos sete ministros que o Ceará deu à Monarquia, nenhum era fortalezense. Quatro de Aracati, um de Lavras, um de Sobral, um de Messejana. Êste último, entretanto, era expressão de uma estirpe caririense de que foi grande expoente o seu pai, Senador Alencar. Eram todos representantes expressivos daquela nobreza agrária e latifundiária, alicerce sôbre que se assentaria por quase setenta anos o edifício político e social do Império e que ainda teria, nas primeiras décadas da República, a mais significativa importância.

"O Povo", de 2 de outubro de 1965.